

A DINÂMICA DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE – SP⁵

Eliás Oliveira Noronha⁶

Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol⁷

Resumo: As unidades produtivas organizadas com base na mão de obra familiar sempre tiveram uma significativa importância social e econômica no país. Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo principal, analisar a dinâmica destas unidades no Distrito de Montalvão localizado no Município de Presidente Prudente. Para tanto, fez-se necessário, além do levantamento bibliográfico referente à produção familiar e ao processo de ocupação e formação sócio-econômica do Município de Presidente Prudente, a coleta de dados de fonte secundária junto ao Censo Agropecuário da FIBGE de 1995/96 e, de fonte primária, através da elaboração e aplicação de questionário junto aos produtores familiares da referida área de estudo.

Palavras-chave: produção familiar, Município de Presidente Prudente, pluriatividade.

THE DYNAMIC OF FAMILY AGRICULTURE IN THE COUNTY PRESIDENTE PRUDENTE - SP

Abstract: The productive units organized with support in the family labor ever have one significant importance social and economical in the country. The present article had a central objective to analyse the dynamic this units of Montalvão District, in the county of Presidente Prudente. For so much, it was done necessary, besides bibliographical rising referring to family production the and occupation process and formation social and economical from the Presidente Prudente county, the collects of data of primary and secondary source next to Agricultural Census of FIBGE in the 1995/96 and, the primary sources, through of elaboration and application of questionnaire next on family producers in referred study area.

⁵ Pesquisa de Iniciação Científica, com o apoio financeiro do Programa PIBIC/CNPq/Unesp, período de março à julho de 2002

⁶ Aluno do 2º Ano do Curso de Graduação em Geografia da FCT – Unesp, Campus de Presidente Prudente-SP. Membro do GEDRA – Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária - End. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. CEP: 19 060-900, Caixa Postal: 467. Presidente Prudente/SP. E-mail: eliasoliveiranoronha@bol.com.br

⁷ Docente dos Cursos de Graduação e de Pós Graduação em Geografia da FCT-UNESP, Campus de Presidente Prudente-SP. Coordenadora do GEDRA – Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária. End. Rua Roberto Simonsen, 305. Centro Educacional. CEP: 19060-900, Caixa Postal: 467. Presidente Prudente/SP. E-mail: hespanhol@stetnet.com.br

Key- Words: family production, County of Presidente Prudente, pluriactivity.

INTRODUÇÃO

No âmbito da questão agrária, as unidades produtivas organizadas com base na mão de obra da família, sempre tiveram uma significativa importância, seja em termos econômicos como sociais.

Nesse contexto, o presente artigo tem como objetivo principal, analisar a dinâmica das unidades produtivas familiares no Distrito de Montalvão, localizado no município de Presidente Prudente, no período que se estende entre a década de 1970 e o início do ano 2002.

Para tanto, a metodologia utilizada para atingir o objetivo proposto, baseou-se nas seguintes etapas: a) levantamento bibliográfico referente ao desenvolvimento da agricultura brasileira no período recente e da ocupação e formação sócio-econômica do município de Presidente Prudente; b) coleta e sistematização dos dados de fonte secundária realizada nos Censos Agropecuários da FIBGE, no período que se estende de 1970 à 1995/96; c) coleta de dados de fonte primária, através da elaboração e aplicação de questionário junto à Associação dos Trabalhadores Rurais do Distrito de Montalvão e a quarenta produtores familiares.

O presente artigo encontra-se estruturado em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais.

Na primeira parte, procurou-se abordar o contexto da produção familiar no país, enfocando diversas visões acerca desta temática.

Na segunda parte, realizou-se um breve resgate histórico do processo de ocupação e formação sócio-econômica do município de Presidente Prudente.

Na terceira parte, desenvolveu-se uma análise referente à estrutura produtiva a partir dos dados de fonte secundária coletados nos Censos Agropecuário e Demográfico da FIBGE. E, por fim, na quarta e última parte, efetuou-se uma análise dos dados de fonte primária coletados durante a realização do trabalho de campo.

1. AGRICULTURA FAMILIAR: ALGUMAS CONCEITUAÇÕES

No âmbito da questão agrária, as unidades produtivas organizadas com base na mão de obra familiar, sempre tiveram uma significativa importância, seja em termos econômicos como sociais. Contudo,

As discussões acerca da importância e abrangência da produção familiar ganharam um novo impulso a partir da década de 1990, resultando tanto no reconhecimento da sua viabilidade econômica e social, como na atribuição de um papel estratégico na resolução de vários problemas que afetam a sociedade brasileira, tais como o desemprego, a fome, a violência urbana, a questão da moradia, etc. (HESPANHOL, 2000, p.9)

Diversas denominações já foram utilizadas para designar os produtores familiares. Anteriormente, eram denominados de pequenos produtores, camponeses, agricultores de subsistência, colonos, etc. E, "de forma geral, pode-se afirmar que o emprego dessas denominações era feito de maneira indistinta e imprecisa, sendo que por vezes, eram utilizadas como sinônimos" (HESPANHOL, 2000, p.9)

Acerca desse debate sobre a definição de agricultura familiar, Lamarche (1993, p.15) afirma que esta é "uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e trabalho estão intimamente ligados à família".

Guanzioli (2001, p.113) destaca que "o elemento-chave mais importante para definir os produtores familiares é produzir com base na mão de obra familiar".

Para Gasson e Errington (1993) apud Abramovay (1997) seis características básicas, definem a agricultura familiar:

- a gestão é feita pelos proprietários;
- os responsáveis pelo empreendimento estão ligados entre si por laços de parentesco;
- o trabalho é fundamentalmente familiar;
- o capital pertence à família;
- o patrimônio e os ativos são objetos de transferência intergeracional no interior da família;
- os membros da família vivem na unidade familiar.

Hespanhol (2000, p.94) nos lembra que:

O reconhecimento da importância da agricultura familiar no âmbito institucional ocorreu com a publicação do relatório da FAO/INCRA (1994), que muito contribuiu não apenas para a apreensão da diversidade dessas explorações, como também serviu de base para a elaboração de um dos principais programas direcionados para esse segmento produtivo, o PRONAF.

1.1 Estratégias e Alternativas da Agricultura Familiar

Paralelamente às transformações ocorridas no campo brasileiro a partir da década de 1960, o gradativo crescimento dos grandes centros urbanos trouxe também suas conseqüências para o cenário agrário nacional, no qual os pequenos produtores foram os mais afetados.

O crescimento desordenado dos grandes centros urbanos é uma das conseqüências desse processo modernizante pelo qual a agricultura brasileira passou nas últimas décadas.

Nesse sentido, uma das características essenciais dessas unidades produtivas é a busca de estratégias e alternativas de rendas desenvolvidas no interior da unidade familiar, as quais possibilita aos mesmos se manterem no campo frente ao intenso processo expropriador que vigora no espaço rural.

Como observam Brumer & Wanderley (1993, p.205), as "estratégias familiares são respostas dadas por cada família a fim de assegurar ao mesmo tempo a sua própria reprodução e a de sua exploração".

Acerca desse processo, destacam-se como estratégias familiares: a busca de rendas não agrícolas como o emprego urbano e/ou rural e a pluriatividade. Contudo, ao implementar essas estratégias, a estrutura produtiva familiar é afetada, pois grande parte das pessoas que passam a desenvolver essas atividades como forma de complementar a renda da família, são os filhos mais jovens que, na maioria das vezes, deixam a propriedade rural para trabalhar nas cidades.

1.2 Agricultura Familiar e Pluriatividade

Acerca desse cenário de mudanças no meio rural brasileiro, destaca-se a expansão das atividades não agrícolas. Pois, o crescente processo de industrialização e urbanização ocorrido intensamente na segunda metade do século XX,

(...) levou ao aparecimento de espaços que não são tipicamente rurais e também urbanos. Este novo espaço pode ser designado como periurbano exatamente porque representa uma situação intermediária ao rural e ao urbano e, sobretudo, porque nele aparece emergir um tipo próprio e característico de relação de trabalho que se baseia na pluriatividade das famílias de trabalhadores. (SCHNEIDER, 1999, p.169)

Schneider (1999, p.171) enfoca que "a pluriatividade ocorre através das múltiplas formas de trabalho, sobretudo com a combinação das atividades agrícolas com os empregos fora da propriedade rural".

Para Kageyama (1999, p.35) a "pluriatividade é a combinação de atividades agrícolas com atividades em outros setores da economia".

Graziano da Silva (1999) observa que o espaço rural ganhou outras funções e características, nas quais um novo ator social se configura, as famílias pluriativas. Para o referido autor, estas famílias têm como principal característica a diversificação e a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, realizadas dentro ou fora de seu estabelecimento familiar. Isso porque,

A pluriatividade potencializa essa diversidade social e espacial, pois ela é um dos principais atributos dos espaços periurbanos porque cria uma estrutura social e econômica que permite ao habitante deste espaço manter um pé no campo e outro na cidade. (SCHNEIDER, 1999, p.171)

A diversificação das fontes de renda e a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas, tem possibilitado à população do meio rural, elevar seu poder aquisitivo, "passando a demandar uma variada gama de bens de consumo" (SCHNEIDER, 1999, p.174).

Para o referido autor, outra característica bem presente nas unidades produtivas que buscam essas estratégias é o vínculo direto com a cidade e a busca do estilo de consumo e de vida urbanos.

Dentre as principais mudanças ocorridas a partir da introdução dessas múltiplas fontes de renda, destacam-se:

- a maior utilização de insumos e equipamentos agrícolas;
- o crescimento dos empregos e serviços não agrícolas;
- o crescimento de atividades emergentes, como a criação de animais exóticos e plantas ornamentais;
- e, o uso da aposentadoria rural como fonte complementar de renda.

2. LOCALIZAÇÃO E PROCESSO DE OCUPAÇÃO E FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE-SP

2.1 Localização

O município de Presidente Prudente está localizado no sudoeste do Estado de São Paulo, abrangendo uma área de 55.400 ha (Figura 1). Distanciando aproximadamente 560 Km da capital paulista, o município está situado em média a 460 m de altitude, entre as coordenadas 22° 07' de latitude sul e 51° 23' de longitude oeste. Ao sul do município localizam-se os municípios de Pirapozinho e Anhumas; a leste, Caiabu, Martinópolis e Regente Feijó; a oeste, Santo Expedito, Alfredo Marcondes e Álvares Machado; e, ao norte, Flórida Paulista e Flora Rica.

Figura 1- Localização do Município de Presidente Prudente na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente - SP



Localizada em uma região de topografia simples e de ondulações suaves, a Microrregião Geográfica de Presidente Prudente, também denominada de Alta Sorocabana, devido à presença da Estrada de Ferro Sorocabana, construída no início do século passado, situa-se, segundo Leite (1972), em solos resultantes da decomposição do arenito mezozóico, os quais, "perdem, poucos anos após a retirada da vegetação original, boa parte de sua fertilidade" (LEITE, 1972, p. 23).

Nas proximidades do limite do território municipal, estão localizados dois importantes rios regionais: ao sul, o Rio Santo Anastácio, e ao norte o Rio do Peixe, ambos direcionados ao Rio Paraná.

Segundo Leite (1972, p. 23) a distribuição de culturas variadas é comum e estão de uma forma fortemente ligada às condições climáticas da região e também à distribuição de chuvas, apresentando-se como "uma região de relativas conturbações climáticas, sofrendo rápidas variações de influências quanto às massas de ar dominantes".

2.2 Formação histórica e sócio-econômica do município de Presidente Prudente

A formação histórica do município de Presidente Prudente está intrinsecamente relacionada com a ocupação do sudoeste paulista, iniciada em meados da segunda metade do século XIX. Dentre os fatores que podem ser destacados como fundamentais para esta ocupação estão a construção da Estrada de Ferro Sorocabana no início do século XX e a expansão da cultura do café para esta região.

O fator fundamental para o desenvolvimento da cultura cafeeira e a ocupação do oeste paulista foi a construção das estradas de ferro, com destaque para a Sorocabana, possibilitando desta forma o

escoamento do café até o Porto de Santos. "A ferrovia (...) favoreceu a penetração, os loteamentos, a ocupação e o aproveitamento do solo. Ao longo das ferrovias multiplicaram-se os núcleos urbanos". (ABREU, 1972, p.38)

A Estrada de Ferro Sorocabana foi inaugurada em Presidente Prudente em 19 de janeiro de 1919, o que propiciou, além da procura e valorização dos solos, intensas transformações no espaço até então inexplorado. Dessa forma, iniciou-se na região, uma nova e próspera fase de desenvolvimento econômico, com a abertura de vários estabelecimentos comerciais e de vias de acesso.

A cidade de Presidente Prudente nasceu da união de dois núcleos urbanos construídos no início do século XX com a finalidade de "ampararem as vendas de terras feitas pelo Coronel Francisco de Paula Goulart e Coronel José Soares Marcondes, que foram os responsáveis por sua fundação e sistemática colonização, respectivamente" (ABREU, 1972, p.45).

Como ressalta Leite (1972, p.154), tanto o Coronel Marcondes como o Coronel Goulart,

(...) cuidaram justamente da fixação do colono comprador de suas terras (...) a rivalidade que fatalmente acabou surgindo entre a Vila Goulart e a Vila Marcondes tornou-se benéfica ao povoado. Cada uma delas procurava oferecer melhores serviços para atrair moradores.

Tanto a Vila Goulart como a Vila Marcondes promoveram o povoamento e fixação de colonos urbanos e rurais por intermédio de loteamentos de pequenas e grandes áreas, sendo que enquanto a primeira desenvolveu-se por um empreendimento individual e sem planificação, a segunda processou-se de forma empresarial. No entanto, "ambos aproveitaram a maré alta dos negócios que a marcha do café pelos espigões proporcionava" (ABREU, 1972, p.80).

No tocante à formação sócio-econômica do município de Presidente Prudente, deve-se destacar que o café foi a primeira cultura introduzida comercialmente e, na década de 1930, constituía-se no principal produto cultivado em áreas da Alta Sorocabana. No entanto, em virtude da perda de fertilidade do solo e a falta de mercados consumidores devido à crise de 1929, o café teve uma intensa redução das áreas cultivadas. Nesse contexto, o que se viu foi um grande incentivo ao cultivo da lavoura do algodão ou a substituição dos cafezais pelas pastagens.

No entanto, em consequência do preço baixo e a concorrência direta com outras culturas e, principalmente, com a produção de fibras sintéticas, o algodão conheceu, a partir de 1953, bruscas quedas de produção (LEITE, 1972).

Com a redução das áreas destinadas ao plantio de café na década de 1940 e do algodão no início da década de 1950, incentivou-se

na região o plantio do amendoim. O "seu plantio foi incentivado, certamente pelas indústrias de extração do óleo de algodão, cujas prensas de moagem mantinham-se em período ocioso nas entre-safras deste produto" (LEITE, 1972, p.84).

Com a crescente redução na produção das lavouras em fins da década de 1940 em virtude da acentuada queda de fertilidade dos solos, os preços pouco compensadores aos produtores, os maiores gastos com insumos e a ausência de apoio político à produção agrícola, muitas áreas foram sendo substituídas pelas pastagens. Essa prática geralmente foi realizada por grandes fazendeiros que viam na criação bovina uma forma de aumentar suas riquezas.

O marco para o incentivo da engorda de bovinos na Alta Sorocabana e, em especial no município de Presidente Prudente, foi a instalação de frigoríficos em meados da década de 1950.

Com a gradual substituição das áreas destinadas às lavouras pelas pastagens, intensificada na década de 1950, verificou-se, na década de 1960, um crescente despovoamento das áreas rurais da região e, em especial, do município de Presidente Prudente. Assim, em 1970, a população rural do referido município representava 12,3% do total de habitantes. Contudo, em 1980, esse número decaiu para 5,3% do total; para 3,2% em 1991; e para 2,1% em 2000.

Em geral, o destino das pessoas que foram expulsas do campo foi dirigir-se para os grandes centros urbanos como São Paulo ou para outros estados da fronteira agrícola como Mato Grosso, Rondônia etc.

3. A ESTRUTURA PRODUTIVA DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE PRUDENTE

Como vimos anteriormente, o município de Presidente Prudente nasceu da união ou mesmo da rivalidade existente entre dois núcleos urbanos criados para a fixação de colonos; a Vila Goulart e a Vila Marcondes. Nesse sentido, vale ressaltar que,

A estrutura agrária do município de Presidente Prudente, organizou-se não só em função da pequena propriedade resultante da política de venda de terras de Marcondes e Goulart, mas também em função de grandes latifúndios. (ABREU, 1972, p. 97)

Nesse contexto, a partir dos dados coletados nos Censos Agropecuários da FIBGE, verificou-se que em 1995/96, os estabelecimentos com área até 50 hectares correspondiam a 79,9% do número total, embora ocupassem apenas 29,7% da área total dos estabelecimentos. Com relação aos estabelecimentos com área entre 50 e 100 hectares detectou-se que estes correspondiam a 11,3% do número total de estabelecimentos. No que se refere à área ocupada

pelos mesmos, verificou-se que estes ocupavam 17,2% da área total dos estabelecimentos. Os estabelecimentos com área entre 100 e 500 hectares, constatou-se que os mesmos representavam 7,9% do número total de estabelecimentos e 29,5% da área total ocupada. Com relação aos estabelecimentos com área superior a 500 hectares, detectou-se que os mesmos correspondiam a 0,9% do total de estabelecimentos e 23,6% da área ocupada, demonstrando, dessa forma, uma acentuada concentração fundiária no município.

Esta significativa concentração da estrutura fundiária, condicionada historicamente no Município de Presidente Prudente, intensificou-se devido à consolidação da pecuária extensiva de corte como principal atividade agropecuária e a expansão da cana-de-açúcar.

Nesta perspectiva, vale ressaltar que a utilização das terras em Presidente Prudente está intrinsecamente relacionada com a principal atividade agropecuária desenvolvida no município, ou seja, a pecuária de corte.

Deste modo, a partir dos dados do Censo Agropecuário de 1995/96, verificou-se que 88,6% das terras utilizadas eram ocupadas com pastagens; 9,1% eram cultivadas com atividades de lavouras; 2,2% eram ocupadas com matas e florestas; e, 0,1% correspondiam a terras produtivas não utilizadas.

No tocante à produção agrícola, Leite (1981, p.82) ressalta que "a região sempre esteve pronta para responder, ao apelo da época". Vale destacar que "a instalação de uma indústria ligada a produção de tomates, no início dos anos 70, fez surgir inúmeras culturas tomateiras, antes sem nenhuma tradição nesse ramo agrícola" (LEITE, 1981, p.82).

Nesse sentido, a cultura do tomate rasteiro estimulou uma nova atividade agrícola na região de Presidente Prudente. Isso porque, propiciou aos pequenos e médios produtores uma expressiva renda. No entanto, com o fechamento da indústria no início da década de 1980, a área cultivada com essa lavoura foi gradualmente sendo reduzida no município.

Dentre as lavouras temporárias cultivadas no município em 1995/96, destacaram-se, em termos de área: a cultura da cana de açúcar (459 ha), o milho (843 ha) e a batata-doce (300 ha). Vale destacar que a expansão da cultura de batata-doce na década de 1990 deveu-se à freqüente busca de alternativas de renda pelos pequenos produtores para a substituição de outras culturas, como o algodão, o amendoim e o tomate rasteiro. O caráter produtivo e comercial atingido pela batata-doce se deve ao fato desta ser uma cultura que não necessita de altos custos de investimento para o seu cultivo.

No que se refere ao cultivo de lavouras permanentes, em 1995/96 destacaram-se, em termos de área cultivada: a cultura da manga (82 ha); da banana (17 ha); e, do café em coco (78 ha).

Com relação ao pessoal ocupado, verificou-se que a categoria dos responsáveis e membros não remunerados da família representou a principal forma de organização do trabalho no campo.

Desta forma, ressalte-se a importância das unidades produtivas familiares na produção agropecuária do município, isso porque, em 1995/96, 70,7% do pessoal ocupado em atividades rurais eram responsáveis e membros não remunerados da família; 23,3% eram empregados permanentes; 2,7% eram empregados temporários; 0,4% eram parceiros; e, 2,9% apresentavam-se em outra condição.

Vale ressaltar que historicamente o município sofreu uma acentuada diminuição do pessoal ocupado no campo. Um dos fatores que pode ser destacado para este fato é a substituição de áreas anteriormente destinadas às lavouras pelas pastagens, a qual "trouxe reflexos negativos para o município de Presidente Prudente, onde a atividade extensiva representou um fechamento sem precedentes no mercado de trabalho e nas ocupações do campo" (PAULINO, 1997, p.146)

4. CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO DISTRITO DE MONTALVÃO

Para o desenvolvimento e consecução da pesquisa de campo foi delimitada como área de estudo, a porção rural do Distrito de Montalvão, localizado no norte do município de Presidente Prudente.

A escolha desta área de estudo, se deve ao fato de concentrar um grande número de pequenas e médias propriedades rurais, as quais desenvolvem, além das atividades agropecuárias - sobretudo, horticultura, fruticultura e pecuária de corte e leite - atividades não agrícolas, como forma de complementar a renda da família.

A partir da escolha da área de realização da pesquisa de campo, procedeu-se à definição do número de propriedades a serem visitadas. Nesse sentido, foram aplicados 40 questionários, sendo que para a escolha das propriedades a serem visitadas foram considerados dois critérios:

- as propriedades deveriam ter área inferior a 100 hectares;
- a mão-de-obra utilizada deveria ser essencialmente familiar.

A tabela 1 apresenta os dados referentes ao tamanho das propriedades visitadas.

Tabela 1 : Tamanho das propriedades

| Tamanho das propriedades | Nº propriedades | % |
|--------------------------|-----------------|--------------|
| menores de 9,9 ha | 11 | 27,5 |
| entre 10 – 19,9 ha | 14 | 35,0 |
| entre 20 – 29,9 ha | 9 | 22,5 |
| entre 30 – 39,9 ha | 2 | 5,0 |
| entre 40 – 49,9 ha | 2 | 5,0 |
| acima de 50 ha | 2 | 5,0 |
| Total | 40 | 100,0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Maio 2002)

Ao analisar a tabela 1, verifica-se que: 27,5% das propriedades familiares possuem menos de 9,9 hectares; as que possuem entre 10 e 19,9 hectares representam cerca de 35,0% do total; as propriedades que possuem entre 20 e 29,9 hectares equivalem a 22,5% do total; e as propriedades acima de 30 hectares representam apenas 15,0% do total de propriedades visitadas no Distrito de Montalvão.

4.1 Perfil dos responsáveis pelas unidades produtivas

Para se caracterizar o perfil dos responsáveis pelas unidades familiares abordadas, considerou-se os seguintes elementos: idade, situação civil, número de filhos e grau de escolaridade.

Com relação à idade dos responsáveis, verificou-se que 12,5% possuem idade entre 30 e 40 anos; 5,0% entre 41 e 50 anos; 30,0% entre 51 e 60 anos; e, 52,5% têm acima de 61 anos. Esta expressividade do número relativo de responsáveis acima de 61 anos, fica ainda mais evidente ao relacionarmos com o número de aposentados presentes na área de estudo, os quais representam 55,0% do total.

No que se refere à situação civil dos produtores, detectou-se que 80,0% são casados; 12,5% são solteiros; e 7,5% são viúvos, constituindo-se, na maioria das vezes, por pessoas que vivem com irmãos e/ou filhos e não querem deixar a área rural. Dessa forma, fica evidente a expressiva presença da família nessas propriedades, já que 80,0% dos proprietários são casados.

Com relação ao número de filhos, constatou-se que a grande maioria dos produtores, ou seja, 37,5% possuem entre 2 e 3 filhos. Outro aspecto referente ao número de filhos que se destacou é o expressivo número de famílias que não possuem filhos, que representam 17,5% do total. Na maioria das vezes, estes últimos caracterizam-se por serem solteiros, sendo que vivem desde a infância na propriedade e, com o falecimento dos pais ou a idade avançada destes, herdaram parte da propriedade.

No tocante ao grau de escolaridade, verificou-se que 50,0% do total possuem o ensino fundamental incompleto. Em segundo lugar, aparecem com 22,5% os agricultores que possuem o ensino fundamental completo e, em terceiro, com 15,0% estão os analfabetos. O baixo índice de produtores que concluíram o ensino fundamental deve-se principalmente à dificuldade de freqüentar as escolas rurais – quando existiam – devido à necessidade de ajudarem os pais nas tarefas realizadas cotidianamente na propriedade.

4.2 Atividades desenvolvidas e formas de obtenção de renda nas propriedades

Em termos de atividades desenvolvidas e geração de renda nas propriedades visitadas, a tabela 2 apresenta os dados coletados e sistematizados.

TABELA 2: PRINCIPAIS COMPOSIÇÕES DE RENDA REALIZADAS PELAS FAMÍLIAS

| Atividades | Nº entrevistados | % |
|---------------|------------------|--------------|
| Agropecuárias | 27 | 67,5 |
| Não Agrícolas | 13 | 32,5 |
| Total | 40 | 100,0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Maio 2002).

Conforme se verifica na tabela 2, o desenvolvimento das atividades agropecuárias se constitui na principal fonte de obtenção de renda em 67,5% das propriedades visitadas. Por sua vez, as propriedades familiares que encontram nas rendas não agrícolas, como a aposentadoria rural e trabalhos urbanos e/ou rural, sua principal fonte de obtenção de renda constituem-se em 32,5% do total de famílias.

4.2.1 Atividades Agropecuárias

As atividades agropecuárias sempre tiveram uma significativa importância na economia do município de Presidente Prudente.

De acordo com a tabela 3, do total de 27 famílias que encontram nas atividades agropecuárias sua principal fonte de obtenção de renda, 37,0% destas tem no cultivo de lavouras sua principal fonte de renda; 26,0% na horticultura; 22,2% na fruticultura e 14,8% na pecuária.

TABELA 3: ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS DESENVOLVIDAS NAS PROPRIEDADES

| Atividade | Nº entrevistados | % |
|--------------|------------------|--------------|
| Lavoura | 10 | 37,0 |
| Horticultura | 7 | 26,0 |
| Fruticultura | 6 | 22,2 |
| Pecuária | 4 | 14,8 |
| Total | 27 | 100,0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Maio 2002).

4.2.1.1 Lavouras

Dentre os produtores que tem no desenvolvimento de atividades agropecuárias a principal fonte de renda, destacam-se aqueles que se dedicam ao cultivo de lavouras, que representam 37,0% do total.

Por sua vez, do total de 10 propriedades que apresentaram o cultivo de lavouras como principal atividade econômica, detectou-se

que 90,0% destas cultivam lavouras temporárias e apenas 10,0% lavouras permanentes.

Com relação às lavouras temporárias, vale destacar que 88,9% das propriedades cultivam batata-doce e apenas 11,1% mandioca. No que se refere à batata-doce, 87,5% dos produtores afirmaram que comercializam sua produção diretamente com a CEASA de São Paulo e do Rio de Janeiro. Por sua vez, a comercialização da mandioca é realizada diretamente em mercados e sacolões no próprio município de Presidente Prudente.

No tocante ao plantio das lavouras permanentes, o café foi a única cultura mencionada entre os agricultores abordados. Com relação à comercialização deste, verificou-se que esta é realizada diretamente com estabelecimentos comerciais de Presidente Prudente.

Do total de 10 propriedades familiares que apresentaram o cultivo de lavouras como a principal atividade econômica, observou-se que:

- 30,0% destas apresentaram proprietários que recebem a aposentadoria rural;
- 60,0% apresentaram também o cultivo comerciável de hortaliças e frutas;
- 30,0% têm membros da família desenvolvendo atividades remuneradas fora da propriedade familiar.

4.2.1.2 Horticultura

Do total de 27 propriedades que têm a agropecuária como principal atividade econômica, 26,0% destas dedicam-se exclusivamente ao cultivo de hortaliças. Dentre os principais produtos cultivados nestas propriedades, destacaram-se: repolho, pimentão verde e vermelho, pepino, berinjela, jiló, quiabo, vagem, alface, couve, brócolis, abobrinha, cebolinha e o rabanete.

Vale ressaltar que 57,1% do total de sete (7) famílias que desenvolvem a horticultura como principal atividade econômica, se utilizam de estufas para a produção de hortaliças.

Dentre os motivos apresentados pelos horticultores para o investimento e utilização de estufas destacam-se o maior controle sobre a infestação de pragas e a umidade, utilizando-se de aparelhos de gotejo e controle da insolação.

No que se refere à comercialização da produção hortícola, constatou-se, que 28,6% dos produtores vendem sua produção a feirantes de Presidente Prudente. Com esta mesma porcentagem, ou seja, 28,6% aparecem os produtores que vendem diretamente no CEASA ou nas feiras do município. A venda direta em estabelecimentos comerciais de Presidente Prudente aparece em apenas 14,2% dos horticultores. Por sua vez, a comercialização realizada com intermediários é realizada por 28,6% dos produtores abordados.

Das sete (7) propriedades que apresentaram o desenvolvimento da horticultura como principal atividade econômica:

- 71,4% destas são conduzidas por produtores aposentados;
- 71,4% das propriedades desenvolvem outras atividades agropecuárias comercializáveis, como o cultivo de frutas;
- 42,9% das propriedades apresentaram pessoas da família realizando atividades remuneradas fora da propriedade;
- 57,1% dos horticultores são descendentes de japoneses.

4.2.1.3 Fruticultura

Dentre os produtores familiares visitados que apresentaram o desenvolvimento de atividades agropecuárias como principal atividade econômica, 22,2% desenvolvem a fruticultura como principal fonte de renda.

Vale destacar que dentre as propriedades fruticultoras, destacaram-se aquelas que investem na cultura da manga, representando 83,3% do total.

Outra cultura que se destacou entre os fruticultores entrevistados foi a poncã, a qual é cultivada em duas propriedades.

No que se refere à comercialização da produção frutícola, verificou-se que cerca de 33,3% dos produtores vendem sua produção diretamente na CEASA de Presidente Prudente; outros 33,3% vendem à feirantes do próprio município; 16,7% comercializam com a CEASA de São Paulo e do Rio de Janeiro e 16,7% comercializam diretamente com a Cooperativa PRUDENSAFRA, localizada no município de Presidente Prudente.

Do total de seis propriedades familiares que encontram no desenvolvimento da fruticultura, a principal atividade econômica, destacou-se que:

- 33,3% dos fruticultores são aposentados;
- 83,3% das propriedades fruticultoras apresentaram o desenvolvimento de outras atividades agropecuárias comercializáveis, como o cultivo de hortaliças;
- 33,3% das propriedades apresentaram pessoas da família desenvolvendo atividades remuneradas fora da propriedade familiar.

4.2.1.4 Pecuária

A pecuária sempre apresentou uma expressiva importância econômica entre os produtores rurais do município de Presidente Prudente. Com a realização do trabalho de campo, averiguou-se que cerca de 14,8% das propriedades abordadas tem a pecuária como principal fonte de renda.

Vale ressaltar que a atividade pecuária desenvolvida nas propriedades está dividida em duas formas: pecuária de leite e de corte.

No que se refere à pecuária de leite, o número total de vacas ordenhadas nas propriedades é de 45 cabeças, as quais tem uma produção diária de noventa litros. Em uma dessas propriedades, a produção leiteira é destinada à fabricação de queijos. O produtor disse ter encontrado nesta produção, a única alternativa para repor as despesas familiares. Pois, segundo o mesmo, o comércio de leite informal não estava sendo suficiente para prover as despesas da família e a entrega do leite aos laticínios não beneficia os pequenos produtores.

No âmbito da pecuária de corte, o total de cabeças é de aproximadamente 170. Em uma das propriedades visitadas, o produtor disse que sempre se dedicou à pecuária de corte e que sua produção é comercializada nos frigoríficos do município de Presidente Prudente. Outra propriedade que apresentou o desenvolvimento da pecuária de corte como principal fonte de renda não quis responder onde comercializa sua produção.

Do total de quatro propriedades familiares, que apresentaram a pecuária como principal atividade econômica, constatou-se que:

- nenhum dos produtores é aposentado;
- apenas 25% das propriedades desenvolvem outras atividades agropecuárias comercializáveis, como o cultivo de algumas frutas;
- 75,0% apresentaram pessoas da família desenvolvendo atividades remuneradas fora da propriedade.

4.2.2 Rendas Não Agrícolas

Uma das características identificadas na pesquisa de campo realizada no Distrito de Montalvão foi a busca de alternativas como forma de complementação da renda pelas unidades produtivas familiares, já que além das atividades agropecuárias desenvolvidas pelos membros da família, há a obtenção de rendas não agrícolas como a aposentadoria rural e o trabalho rural e/ou urbano.

A partir da sistematização dos dados coletados, detectou-se que 32,5% das propriedades encontram nas rendas não agrícolas, a principal fonte de renda familiar.

Nesse sentido, vale ressaltar que do total de quarenta propriedades familiares abordadas, 80% destas são pluriativas, isto é, combinam o desenvolvimento de atividades agropecuárias com rendas não agrícolas.

A tabela 4 apresenta os dados referentes a estas famílias pluriativas.

TABELA 4 - RENDAS NÃO AGRÍCOLAS OBTIDAS PELAS FAMÍLIAS PLURIATIVAS

| Rendas não agrícolas | Nº famílias | % |
|---|-------------|--------------|
| Aposentadoria | 16 | 50,0 |
| Atividades remuneradas fora da propriedade (trabalho urbano e/ou rural) | 9 | 28,1 |
| Aposentadoria / Atividades remuneradas fora da propriedade (trabalho urbano e/ou rural) | 6 | 18,8 |
| Fabricação de Doces | 1 | 3,1 |
| Total | 32 | 100,0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Maio 2002).

Como se observa na tabela 4, do total de trinta e duas (32) famílias pluriativas, 50% destas complementam a renda obtida com o desenvolvimento das atividades agropecuárias com o benefício da previdência social, via aposentadoria; 28,1% com atividades remuneradas fora da propriedade, como o trabalho urbano e/ ou rural; 18,8% combinam a aposentadoria, com as atividades remuneradas fora da propriedade; e, 3,1% com a fabricação e comercialização de doces.

Em relação à expressiva porcentagem de propriedades que tem pessoas da família desenvolvendo atividades remuneradas fora da propriedade familiar, ressalta-se que no caso destas, 93,3% dos membros da família que trabalham fora da propriedade constituem-se dos filhos dos produtores. Essa procura dos jovens por trabalhos externos à unidade produtiva explica-se pela falta de oportunidades de empregos na área rural, desencadeando, desta forma, um sério problema relacionado à continuidade das atividades na propriedade.

Vale ressaltar que em todas as propriedades cujo proprietário é aposentado, os mesmos não apresentaram vontade de abandonar o lugar, mesmo em face das dificuldades de comercializar sua pequena produção. O gosto pela vida no campo levou muitos produtores a diversificarem a produção como alternativa de complementar a renda da família.

Em uma das propriedades familiares, o produtor decidiu comercializar com a vizinhança sua produção de leite. A produção diária de dez litros está, segundo o produtor, complementando a renda familiar, cuja principal fonte se encontra no recebimento da aposentadoria rural.

Para um dos produtores, "as dificuldades de cultivar lavouras está aumentando e o que resta aos pequenos produtores é a diversificação de sua criatividade de produzir" (J.G, 53 anos).

4.3 Mão de obra utilizada nas propriedades

A mão de obra utilizada na propriedade rural constitui-se num dos pontos cruciais para se caracterizar a estrutura básica da agricultura familiar, devido à utilização em todas as etapas do processo produtivo dos membros da família como principal componente da força de trabalho.

Antes de analisar os dados referentes à composição da força de trabalho nas propriedades, é interessante comparar a média de pessoas que estão morando nas propriedades com a média de pessoas que trabalham nas propriedades.

A média de pessoas que residem nas propriedades abordadas foi de 3,7 pessoas. No entanto, a média de pessoas (membros da família) que trabalham nas atividades rurais realizadas nas propriedades é de apenas 2,3 pessoas. Essa diferença explica-se pelo fato de que, embora residam na propriedade, parte dos membros da família, sobretudo os filhos têm emprego na área urbana e não compõem mais a força de trabalho empregada na propriedade.

Com relação à mão de obra contratada, verificou-se que 32,5% do total de propriedades apresentaram a utilização desta força de trabalho para ajudarem nas atividades realizadas na propriedade. Isso porque, segundo alguns produtores, a mão de obra familiar, em algumas fases do processo produtivo, é insuficiente. Outras 67,5% das propriedades afirmaram não utilizar a força de trabalho contratada, pois, para muitos destes, a renda obtida com a agropecuária é insuficiente para manter empregados, mesmo que temporários.

Vale ressaltar que do total dessas propriedades que empregam mão de obra contratada, 92,3% utilizam somente empregados temporários e apenas 7,7% contratam empregados permanentes.

4.4 Organização coletiva dos produtores

Uma das características dos produtores rurais é a sua organização coletiva, visando maiores possibilidades de comercialização da sua produção.

De acordo com a tabela 5, 75,0% dos produtores visitados são filiados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente; 5,0% fazem parte apenas da Associação dos Produtores Rurais de Montalvão e 12,5% estão filiados em ambos (Sindicato e Associação).

TABELA 5: ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTORES FAMILIARES VISITADOS

| Forma de organização | Nº entrevistados | % |
|---|------------------|--------------|
| Sindicato Rural dos Trabalhadores Rurais de Presidente Prudente | 30 | 75,0 |
| Associação dos Produtores Rurais de Montalvão | 2 | 5,0 |
| Ambas | 5 | 12,5 |
| Não Respondeu | 3 | 7,5 |
| Total | 40 | 100,0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Maio 2002).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas no meio rural brasileiro, em especial a partir da década de 1960, desencadearam uma expressiva concentração fundiária e crescente subordinação dos produtores, em especial dos pequenos e médios.

Em relação ao Distrito de Montalvão, localizado no norte do Município de Presidente Prudente – enfoque desta pesquisa -, verificou-se que as unidades produtivas familiares sempre representaram a principal forma de organização da produção agropecuária.

Neste contexto, a produção familiar, sempre esteve pronta para atender às necessidades da época. Historicamente, as unidades produtivas familiares têm resistido e buscado novas alternativas, tanto em termos de cultivos como de atividades, visando elevar a renda mensal da família.

A partir do trabalho de campo, verificou-se que em 80,0% das propriedades visitadas, as famílias são pluriativas. Em geral são propriedades em que há a combinação das rendas obtidas com o desenvolvimento das atividades agropecuárias, ligadas à horticultura, fruticultura, pecuária e demais lavouras, com rendas não agrícolas, dentre as quais destacou a aposentadoria rural e os trabalhos urbanos e/ou rurais.

Por fim, vale ressaltar as dificuldades enfrentadas pelos produtores para a comercialização da sua produção, pois a concorrência direta com os grandes produtores está desencadeando, além dos preços baixos dos produtos comercializáveis, como a batata-doce, um desestímulo ao produtor familiar em continuar nas atividades rurais. Soma-se a essas dificuldades, a ausência de políticas públicas direcionadas à produção e comercialização, os poucos investimentos em termos de infra-estrutura básica, tais como, melhorias das vias de acesso, meios de transporte, escolas e postos de saúde no meio rural.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Dióres Santos. **Formação histórica de uma cidade pioneira paulista**: Presidente Prudente. Pres. Prudente: F.F.C.L., 1972. 324p.
- BRUMER, Anita; WANDERLEY, Maria de Nazaré B. A Exploração Familiar no Brasil. IN: LAMARCHE, Hugues (coord.) **A agricultura familiar**: comparação internacional. Trad. Ângela N. M. Tijiwa. Campinas: Ed. Unicamp, 1993. p. 179 a 234 p. (Coleção Repertórios).
- FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96**. Rio de Janeiro: FIBGE (vários anos).

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1970, 1980, 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: FIBGE, 2000 (dados preliminares).

GUANZIROLI, Carlos. [et al]. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. 284 p.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O novo rural brasileiro**. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1999 (Coleção Pesquisas).

HESPANHOL, Rosângela Ap. de M. **Produção familiar**: Perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP. Rio Claro, 2000. 254 p. (Tese de Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas/UNESP, Campus Rio Claro.

LEITE, José Ferrari. **A Alta Sorocabana e o espaço polarizado de Presidente Prudente**. Pres. Prudente: F.F.C.L., 1972. 249p.

LEITE, José Ferrari. Alta Sorocabana: uma região em busca de sua vocação. **Caderno Prudentino de Geografia**, AGB, n.02, p.75-83, 1981.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec/Polis, 1984. 392 p. (1º ed.: 1952).

NORONHA, Elias Oliveira. **A agricultura familiar no Município de Presidente Prudente-SP**. Relatório Final das atividades desenvolvidas no período de concessão da Bolsa do Programa CNPq/PIBIC/UNESP – Março a Julho de 2002.

PAULINO, Eliane Tomiase. **O limite das cercas**: desdobramentos da apropriação capitalista da terra e as estratégias da exploração familiar em Presidente Prudente. Pres. Prudente, 1997: 228 p. Dissertação (Mestrado em Geografia). Faculdade de Ciências e Tecnologia da UNESP, Campus de Presidente Prudente.

SCHNEIDER, Sérgio. **Agricultura familiar e Industrialização. Pluriatividade e descentralização industrial no RS**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

SILVEIRA, Fátima R. **A recriação capitalista do campesinato** (Os camponeses na região de Presidente Prudente). São Paulo, 1990. 249 p. Tese (Doutoramento em Geografia Humana) – F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo.